

Ceres Rabelo

Gabaritando A PROVA

**OAB
1ª fase**

 **EDITORA
RIDEEL**
Quem tem Rideel tem mais.

SOBRE A AUTORA

Ceres Rabelo

Advogada, servidora pública e educadora com sólida trajetória acadêmica e profissional. Mestre em Direitos Internacionais, Doutoranda em Direito Econômico e Empresarial, possui ainda especializações em Processo Civil e em Processo Penal. No campo docente, leciona nas maiores plataformas de educação jurídica do Brasil, incluindo o Gran Jurídico, o Gran Concursos e o CES-OAB, além de ministrar aulas presenciais em Brasília pelo Gran Faculdades. Integra ainda o corpo docente de programas de pós-graduação do Unipê, da Escola Superior do Ministério Público, do Uniesp e do Gran Faculdades, onde forma profissionais do Direito voltados tanto para a advocacia quanto para as carreiras jurídicas públicas.

Aprovada em diversos concursos públicos – entre eles o Tribunal de Justiça de Alagoas, o Tribunal de Justiça da Bahia, a Polícia Federal e Ajudância Administrativa –, optou pelo cargo na Assembleia Legislativa da Paraíba, instituição em que ingressou classificada entre os dez primeiros colocados no último concurso realizado.

Palestrante e escritora de referência na área jurídica, a professora Ceres Rabelo foi homenageada com o título de Cidadã Paraibana e agraciada com a Medalha Pitás – a mais alta comenda do estado.

APRESENTAÇÃO

Ser aprovado no Exame de Ordem é o primeiro e mais importante passo na trajetória de quem escolheu a advocacia. É também, para muitos, o desafio mais exigente dos anos de formação jurídica: uma prova que não apenas testa o conhecimento acumulado ao longo da graduação, mas que exige raciocínio apurado, segurança técnica e domínio das nuances que separam a alternativa correta das plausíveis. Foi com essa convicção que nasceu **Gabaritando a Prova - OAB**, uma obra pensada para transformar a prática de questões em um verdadeiro instrumento de aprendizagem.

Reunindo 500 questões de múltipla escolha extraídas dos exames oficiais aplicados pela Fundação Getúlio Vargas nas edições mais recentes do Exame de Ordem Unificado – dos exames XXXV ao XLI –, a obra cobre todas as áreas do Direito incidentes na primeira fase: Ética, Direito Constitucional, Civil, Processual Civil, Penal, Processual Penal, Trabalhista, Tributário, Empresarial, Administrativo, Internacional e Direitos Humanos. A seleção das questões partiu de um processo criterioso de levantamento e triagem dos exames aplicados, priorizando temáticas de maior recorrência, maior nível de dificuldade ou maior potencial didático.

Mais do que um repositório de questões, o objetivo central deste compilado é desenvolver no leitor a capacidade de interpretar enunciados com precisão, identificar o núcleo jurídico de cada situação-problema e descartar com segurança as alternativas incorretas. O candidato que percorre estas páginas com atenção não apenas memoriza respostas, mas também internaliza o raciocínio jurídico que a banca exige, além de aprender a reconhecer os padrões de elaboração das questões.

Além disso, esta obra segue uma estrutura tripartite: o enunciado original da prova, o gabarito oficial conforme divulgado pelo Conselho Federal da OAB e um comentário de resolução que explica por que a alternativa correta é correta e, quando relevante, por que cada uma das demais está equivocada. Os comentários foram redigidos com base na legislação vigente à época das questões, na doutrina dominante e na jurisprudência dos tribunais superiores, em linguagem acessível sem abrir mão do rigor técnico, evitando tanto a superficialidade de respostas meramente reprodutivas quanto o hermetismo de explicações excessivamente acadêmicas.

Que esta obra seja, para cada leitor, um companheiro de preparação, uma fonte de confiança e, sobretudo, um caminho seguro rumo à aprovação.

Bons estudos!

SUMÁRIO

Sobre a Autora.....	V
Apresentação.....	VII
Ética Profissional/Estatuto da Advocacia.....	1
Direito Constitucional.....	23
Direito Administrativo.....	44
Direito Civil.....	58
Direito Processual Civil.....	73
Direito Penal.....	89
Direito Processual Penal.....	104
Direito do Trabalho.....	120
Direito Processual do Trabalho.....	133
Direito Tributário.....	144
Direito Empresarial.....	156
Direitos Humanos.....	165
Filosofia do Direito.....	170
Direito Internacional.....	175
Direito Ambiental.....	179
Direito do Consumidor.....	183
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	189
Direito Eleitoral.....	193
Direito Financeiro.....	194
Direito Previdenciário.....	194

ÉTICA PROFISSIONAL/ ESTATUTO DA ADVOCACIA

1 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

Uma sociedade de advogados decidiu patrocinar a realização de um evento, sob o formato de um congresso, em certo hotel de lazer do tipo *resort*, que conta com área de conferências, com o explícito fim de publicidade de suas atividades profissionais. Considerando a forma de publicidade escolhida, assinale a afirmativa correta.

- A Não é autorizada, independentemente de quem seja o público convidado para o evento, tendo em vista o local escolhido. Todavia, se o congresso fosse realizado em local diverso do hotel selecionado, seria admitido o seu patrocínio como meio de publicidade.
- B É admitida, desde que os participantes sejam apenas integrantes da sociedade de advogados, funcionários ou clientes.
- C É autorizada, sendo admitida a participação de clientes da sociedade de advogados e de interessados do meio jurídico.
- D não é autorizada, independentemente de quem seja o público convidado para o evento, ou do local onde realizado.

Gabarito: C

Comentário:

A publicidade profissional do advogado deve ser sóbria, informativa e discreta, vedada a mercantilização da profissão, mas é permitido patrocinar eventos de caráter jurídico, científico ou cultural como forma indireta de divulgação do escritório (arts. 39 e 40 do Código de Ética e Disciplina da OAB; Provimento CFOAB nº 205/2021). O fato de o congresso ocorrer em um *resort* não torna a publicidade ilícita, desde que o evento tenha conteúdo jurídico e não haja captação indevida de clientela.

A alternativa C reflete exatamente essa permissão: admite a participação de clientes e de interessados do meio jurídico.

- Alternativa A – erra ao proibir em razão exclusiva do local.
- Alternativa B – restringe indevidamente o público apenas a internos e clientes.
- Alternativa D – veda o patrocínio em qualquer hipótese, contrariando o Estatuto e o Código de Ética.

2 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

A medida cautelar de busca e apreensão a ser cumprida no escritório do advogado José foi regularmente deferida, por Juízo competente. Considerou o magistrado que havia nos autos indícios de autoria e materialidade da prática de crime por José, juntamente com um cliente seu, de nome Oswaldo. Quanto à situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- A É dever do representante da OAB presente ao ato, durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão, impedir que documentos referentes a outros processos em face de Oswaldo, não relacionados ao objeto da investigação que ensejou a cautelar, sejam retirados do escritório, exceto se o volume ou natureza dos objetos impedirem o resguardo do sigilo através da cadeia de custódia.
- B A análise dos documentos apreendidos deve ser feita mediante comunicação prévia ao Conselho Federal da OAB, com antecedência mínima e impreterível de 48 horas.
- C Caso seja essencial à sua defesa no processo criminal, é admitido que José efetue colaboração premiada em face de Oswaldo, desde que haja confirmação das imputações por outros meios de prova.
- D É direito de José estar presente na ocasião designada para análise do conteúdo dos documentos apreendidos, quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão.

Gabarito: D

Comentário:

O art. 7º, II, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia) garante a inviolabilidade do escritório de advocacia, admitindo busca e apreensão apenas por ordem judicial e com a presença de representante da OAB. O § 6º-B do mesmo artigo prevê que o advogado tem direito de acompanhar a análise do conteúdo de materiais apreendidos, justamente para resguardar o sigilo profissional. Assim, a alternativa D traduz corretamente esse direito de presença.

- Alternativa A – exagera o papel do representante da OAB, que fiscaliza a legalidade do ato, mas não tem o poder de “impedir” a apreensão de documentos – a seleção cabe ao juiz e à autoridade policial, observadas as garantias.
- Alternativa B – não encontra respaldo legal: a análise não depende de comunicação prévia ao Conselho Federal.
- Alternativa C – é incompatível com o dever de sigilo profissional (art. 25 do Código de

Ética); o advogado não pode se valer de colaboração premiada para incriminar cliente ou ex-cliente.

3 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

O advogado Luís Santos, regularmente inscrito na OAB, está em início de carreira. Luís presta serviços jurídicos a determinada instituição social sem fins econômicos, consistentes em patrocinar seus interesses em demanda judicial em curso. Sobre a atuação de Luís, assinale a afirmativa correta.

- A Não poderá ser considerada advocacia *pro bono* a atuação gratuita de Luís como advogado das pessoas naturais, hipossuficientes econômicas, beneficiárias da instituição social.
- B É ilícito que Luís preste gratuitamente tais serviços jurídicos, se o objetivo é valer-se de sua atuação como instrumento de publicidade da sua atividade profissional.
- C A atuação gratuita de Luís, ainda que não seja eventual, na defesa em Juízo da mencionada instituição social, pode ser considerada advocacia *pro bono*.
- D É admitida a prestação por Luís, sob a forma de advocacia *pro bono* voluntária, de serviços jurídicos para uma instituição social cobrando preços simbólicos, haja vista a ausência de fins econômicos.

Gabarito: B

Comentário:

A advocacia *pro bono* é admitida pelo CFOAB (Provimento nº 166/2015 e, hoje, Provimento nº 205/2021), desde que dirigida a pessoas ou instituições sem fins lucrativos e sem caráter mercantil, vedada a captação de clientela. É justamente proibido utilizar a prestação gratuita como forma de autopromoção ou de publicidade irregular.

Por isso, a alternativa B está correta: a gratuidade é lícita, mas se for utilizada como instrumento de publicidade profissional, torna-se ilícita.

- Alternativa A – erra ao negar a possibilidade de advocacia *pro bono* em favor dos beneficiários hipossuficientes da instituição – é exatamente um dos públicos típicos dessa modalidade.
- Alternativa C – falha por ignorar que a regularidade exige observância das regras específicas (cadastro, restrição de publicidade etc.), mas, sobretudo, porque a banca quis destacar a vedação de fins publicitários.
- Alternativa D – é incorreta porque *pro bono* não admite cobrança, nem mesmo “preço

simbólico”; qualquer remuneração descaracteriza a gratuidade.

4 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

Maria, advogada regularmente inscrita na OAB, encontra-se gestante. Em razão de sua condição, Maria tem direitos específicos previstos no Estatuto da Advocacia e da OAB. Assinale a opção que apresenta, corretamente, um desses direitos.

- A Durante a gravidez, ela terá direito a uma vaga garantida nas garagens dos fóruns de todos os tribunais.
- B Durante a gravidez ela terá preferência na realização das audiências a serem realizadas no dia, independentemente de comprovação de sua condição.
- C Após dar à luz, ela terá direito à suspensão dos prazos processuais por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do parto, se for a única patrona da causa.
- D Após dar à luz, ela terá preferência na ordem das sustentações orais, mediante comprovação de sua condição, pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do parto.

Gabarito: A

Comentário:

A Lei nº 8.906/1994, com as alterações da Lei nº 13.363/2016, inseriu os arts. 7ª-A e 7ª-B, garantindo direitos específicos à advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz. Entre eles, está a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais, em local preferencial, durante a gravidez (art. 7ª-A, I, b).

Logo, a alternativa A descreve corretamente um desses direitos.

- Alternativa B – exige, sim, comprovação da condição para a preferência em audiências e sustentações (art. 7ª-A, III).
- Alternativa C – errado o prazo: a suspensão de prazos quando a advogada é a única patrona é de 30 dias, não 60 (art. 7ª-A, IV).
- Alternativa D – também diverge: a preferência em sustentações orais após o parto é garantida por 30 dias, e não 90.

5 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

Lucas, estagiário de Direito, descobre que Patrícia, advogada que o supervisiona, teve sua inscrição na OAB cancelada. Na intenção de auxiliar Patrícia a restabelecer o exercício da advocacia, Lucas

contrariando o art. 136, § 4º. O item C inventa a exigência de decreto legislativo para que o estado de defesa comece a vigorar, o que não existe.

Logo, a única alternativa compatível com o texto constitucional é a D: o procedimento descrito está de acordo com a Constituição, pois a decretação do estado de defesa prescinde de aprovação prévia do Congresso, embora dependa de sua posterior apreciação.

59 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Prova Tipo 1 - Branca - Direito Constitucional)

Com grande adesão da população, o prefeito do Município Delta, situado no Estado-membro Alfa, declarou a independência do território municipal, criando um novo país.

Assustado com a rapidez do processo, o Presidente da República, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, sem perda de tempo, decidiu decretar a intervenção federal no Município. Ato contínuo, submeteu o decreto ao Congresso Nacional, que o aprovou, também de forma célere, por unanimidade. Sobre o decreto interventivo federal, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A A Constituição da República de 1988 veda, de forma cabal, o direito de secessão, sendo o decreto constitucional.
- B O ato de insurreição traz consigo grave comprometimento à ordem pública, o que aponta para a constitucionalidade do decreto.
- C Como Delta está situado em um Estado-membro, não há previsão constitucional para a decretação de intervenção federal.
- D O fato de a decisão presidencial não ter sido antecedida de requisição pelo Supremo Tribunal Federal indica a invalidade do decreto.

Gabarito: C

Comentário:

O art. 34 da Constituição prevê que a União intervéem nos Estados e no Distrito Federal, e o art. 35 trata da intervenção do Estado nos Municípios. Não existe, no sistema constitucional, a figura de “intervenção federal em município”.

Quando um município pratica atos que afrontem a ordem constitucional, a via adequada é a intervenção do Estado-membro (art. 35, IV, por exemplo, se deixar de observar princípios constitucionais). A União pode intervir no Estado quando este não enfrenta a situação que viola a

integridade nacional ou os princípios sensíveis (art. 34, I e VII).

Logo, ainda que a secessão seja vedada (o que é verdade), o instrumento utilizado – intervenção federal diretamente no município – é inconstitucional. É isso que torna correta a alternativa C.

O item A mistura um fundamento verdadeiro (a vedação à secessão) com a conclusão errada (constitucionalidade do decreto). O B também presume que, por haver comprometimento da ordem pública, a intervenção seria constitucional, ignorando o limite objetivo do art. 34. O D erra ao condicionar a validade à requisição do STF, requisito que não se aplica a essa hipótese específica.

60 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Prova Tipo 1 - Branca - Direito Constitucional)

Preocupado com a qualidade da educação básica ofertada pela rede de ensino municipal do Município Teta, o prefeito da cidade pretende apresentar projeto de lei à Câmara Municipal, no qual uma série de melhorias está prevista.

No entanto, ciente da ausência de recursos orçamentários e financeiros para efetivar o que está previsto no projeto, o Prefeito levantou a hipótese de criar uma taxa de serviço, que seria paga por aqueles que viessem a se utilizar dos serviços municipais de educação básica (ensinos fundamental e médio) em seus estabelecimentos oficiais.

Antes de enviar o projeto de lei, o Prefeito consultou sua assessoria sobre a conformidade constitucional do projeto, sendo-lhe corretamente informado que a cobrança da referida taxa

- A caracterizaria efetiva violação à ordem constitucional, posto ser o acesso gratuito à educação básica um direito subjetivo de todos.
- B poderia ser exigida, contanto que o valor cobrado como contraprestação pelo serviço de educação não afrontasse o princípio da proporcionalidade.
- C apenas poderia ser exigida daqueles que não conseguissem comprovar, nos termos legalmente estabelecidos, a hipossuficiência econômica.
- D poderia ser exigida dos estudantes do ensino médio, mas não dos estudantes do ensino fundamental, aos quais a ordem constitucional assegura a gratuidade.

Gabarito: A

Comentário:

A educação básica obrigatória em estabelecimentos oficiais (ensino fundamental e médio) é

prevista como gratuita pela Constituição (art. 208, I e § 1º), configurando direito público subjetivo. Não se trata de um serviço público facultativo pelo qual o ente possa cobrar taxa de fruição; é um dever estatal, com gratuidade assegurada.

Cobrar taxa pelo uso de escolas públicas de educação básica viola diretamente a gratuidade constitucional e esvazia o direito fundamental à educação, que tem natureza prestacional. Doutrina e jurisprudência apontam que, nesses casos, eventual instituição de taxa é inconstitucional, por afrontar o núcleo essencial do direito fundamental.

Assim, correta a alternativa A. As demais tentam relativizar a gratuidade com critérios de proporcionalidade, hipossuficiência ou distinção entre níveis de ensino, o que não encontra respaldo no texto constitucional.

61 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Prova Tipo 1 - Branca - Direito Constitucional)

A Lei nº YYY do Município Alfa revogou o adicional por tempo de serviços (ATS), abolindo-o por inteiro com efeitos retroativos absolutos. Além disso, estabeleceu as regras para que os servidores não só deixassem de receber o referido adicional, como também para que devolvessem todas as quantias por eles recebidas a título de ATS.

A medida foi justificada sob o argumento de que haveria significativa economia das despesas públicas e, por isso, seria possível o aumento nos investimentos em saúde e em educação.

Os servidores, por sua vez, alegaram clara violação ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito em relação à determinação de devolução dos valores já recebidos.

Sobre a questão em discussão, segundo o sistema jurídico-constitucional, assinale a afirmativa correta.

- A** A Lei nº YYY apresenta indiscutível interesse público, portanto, a retroatividade absoluta é válida, encontrando-se de acordo com o que determina o sistema jurídico-constitucional.
- B** A garantia ao direito adquirido não se aplica às normas municipais, que podem, por razões econômicas, produzir efeitos retroativos.
- C** A retroatividade absoluta da Lei nº YYY fere o texto constitucional, pois afeta situações já constituídas e exauridas em momento pretérito.
- D** O direito adquirido, por determinação constitucional expressa, pode ser desconsiderado nas situações em que o seu reconhecimento

inviabilize políticas públicas nas áreas de educação e saúde.

Gabarito: C

Comentário:

O art. 5º, XXXVI, da Constituição estabelece que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. Essa proteção se aplica a todas as espécies normativas, inclusive leis municipais, por força da supremacia da Constituição.

A supressão do ATS para o futuro é possível (o servidor não possui direito adquirido a regime jurídico), mas obrigar devolução de parcelas já recebidas, com base em lei posterior, caracteriza indevida retroatividade máxima, atingindo situações já consumadas (direito a parcelas incorporadas ao patrimônio). Isso viola direito adquirido e ato jurídico perfeito.

Por isso, a alternativa correta é a C. O interesse público e a necessidade de economia A não autorizam violar cláusula constitucional expressa. A letra B ignora a aplicação da Constituição aos municípios, e a D inventa exceção ao direito adquirido que a Constituição não prevê.

62 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Prova Tipo 1 - Branca -Direito Constitucional/Processual Constitucional)

O Procurador-Geral da República, preocupado com o grande número de decisões judiciais divergentes, em âmbito nacional, referentes à possível inconstitucionalidade da Lei Federal nº XX/2021, ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) visando a elidir a controvérsia judicial. Em março de 2022, no julgamento do mérito, o STF decidiu pela improcedência da ADC referente à Lei Federal nº XX/2021.

No entanto, você, na qualidade de advogado(a) de uma determinada causa, deparou-se com a seguinte situação: em desfavor do seu cliente, o Tribunal Regional Federal (TRF) competente, mantendo decisão proferida pelo Juiz Federal responsável pelo caso, deu aplicação à Lei Federal nº XX/2021 que já fora objeto de ADC, apreciada pelo STF em março de 2022.

Diante de tal contexto, assinale a opção que apresenta a medida judicial a ser utilizada para preservar, de forma eficiente e célere, o interesse do seu cliente na causa.

- A** Formular representação ao Procurador-Geral da República, para que seja deflagrado um novo

positivistas e não positivistas. Ronald Dworkin, um dos mais influentes filósofos do direito contemporâneo, em seu livro *A Justiça de Toga*, se posiciona expressamente sobre essa questão.

Assinale a opção que expressa o posicionamento desse autor no livro em referência.

- A** A moral é parte do Direito porque, ao tomar decisões no âmbito de um processo judicial, um juiz ou uma juíza devem julgar de acordo com a sua consciência, seguindo aquilo que acham correto.
- B** O Direito não se confunde com a moral, pois são formas distintas de conhecimento. Além disso, a norma jurídica e a norma moral possuem formas diferentes, sendo a primeira subjetiva e a segunda objetiva.
- C** A moral e o Direito devem ser tratados como áreas específicas e distintas de conhecimento, a menos que o legislador inclua critérios morais no direito positivo, caso em que eles seriam complementares, embora independentes.
- D** O Direito deveria ser tratado como um segmento da moral, não como algo separado dela. Dessa forma, a teoria jurídica deveria ser considerada uma parte especial da moral política.

Gabarito: D

Comentário:

Dworkin é um não positivista interpretativista. Para ele, o Direito é parte da moral política da comunidade; não é um sistema separado e puramente formal. A teoria jurídica deve ser vista como um capítulo da moral política, razão pela qual a alternativa D traduz com fidelidade sua posição.

434

(2023 - FGV - OAB - XXXVII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Prova Branca)

Operadores do Direito, com relativa frequência, precisam enfrentar situações dramáticas que envolvem a vida humana ou o corpo humano. Em casos como esses, nem sempre a lei oferece uma determinação clara e unívoca. Certas vezes a filosofia oferece uma base mais consistente de reflexão e argumentação. Assinale a opção que apresenta o conhecido imperativo categórico de Kant, muitas vezes citado nos debates relativos a essas situações dramáticas.

- A** O homem é um animal político e como tal possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto, sobre os quais pode se manifestar graças ao dom da fala e de sua capacidade de comunicação.

- B** A normatização que regula a relação entre o todo e as partes deve ser considerada justa, de forma a realizar a distribuição proporcional dos bens comuns.
- C** Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim e nunca como um meio.
- D** O mundo ético vivo é o espírito em sua verdade; assim que o espírito chega ao saber abstrato de sua essência, a eticidade decai na universalidade formal do Direito.

Gabarito: C

Comentário:

O imperativo categórico de Kant, em uma de suas formulações mais citadas, manda tratar a humanidade sempre como fim e nunca apenas como meio. É exatamente o teor da alternativa C. As demais alternativas trazem ideias de outros autores (Aristóteles, Hegel etc.).

435

(2017 - FGV - OAB - XXIV Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Prova Branca)

“O povo maltratado em geral, e contrariamente ao que é justo, estará disposto em qualquer ocasião a livrar-se do peso que o esmaga.” – John Locke

O art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 afirma que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Muitos autores associam tal disposição ao conceito de direito de resistência, um dos mais importantes da Filosofia do Direito de John Locke. Assinale a opção que melhor expressa tal conceito, conforme desenvolvido por Locke na sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*.

- A** A natureza humana é capaz de resistir às mais poderosas investidas morais e humilhações, desde que os homens se apoiem mutuamente.
- B** Sempre que os governantes agirem de forma a tentar tirar e destruir a propriedade do povo ou deixando-o miserável e exposto aos seus maus-tratos, ele poderá resistir.
- C** Apenas o contrato social, que tira o homem do estado de natureza e o coloca na sociedade política, é capaz de resistir às ameaças externas e às ameaças internas, de tal forma que institui o direito de os governantes resistirem a toda forma de guerra e rebelião.
- D** O direito positivo deve estar isento de toda forma de influência da moral e da política. Uma vez que o povo soberano produza as leis, diretamente ou por meio de seus representantes, elas devem

resistir a qualquer forma de interpretação ou aplicação de caráter moral e político.

Gabarito: B

Comentário:

Em Locke, o direito de resistência surge quando o governo viola os direitos naturais (vida, liberdade e, especialmente, propriedade). Quando os governantes tentam destruir a propriedade ou oprimem o povo, instaurando um governo tirânico, o povo tem o direito de resistir e até depor o governante. É exatamente a ideia da alternativa B.

436 (2017 - FGV - OAB - XXIV Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Prova Branca)

"É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer, mas a liberdade política não consiste nisso." – Montesquieu

No preâmbulo da Constituição da República, os constituintes afirmaram instituir um Estado Democrático destinado a assegurar, dentre outras coisas, a liberdade. Esse é um conceito de fundamental importância para a Filosofia do Direito, muito debatido por inúmeros autores. Uma importante definição utilizada no mundo jurídico é a que foi dada por Montesquieu em seu *Do Espírito das Leis*.

Assinale a opção que apresenta a definição desse autor na obra citada.

- A A liberdade consiste na forma de governo dos homens, e não no governo das leis.
- B A disposição de espírito pela qual a alma humana nunca pode ser aprisionada é o que chamamos de liberdade.
- C Liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.
- D O direito de resistência aos governos injustos é a expressão maior da liberdade.

Gabarito: C

Comentário:

Para Montesquieu, liberdade política não é fazer tudo o que se quer, mas sim o direito de fazer tudo aquilo que as leis permitem. Ou seja, a liberdade está vinculada ao império da lei e à limitação do poder, e não à ausência de regras.

437 (2022 - FGV - OAB - XXXVI Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Prova Branca)

"Juizes e juristas, ademais, são muito mal aparelhados para fazer esse tipo de avaliação [consequencialista], em comparação com o braço executivo do governo, ou mesmo do legislador." – Neil MacCormick.

Neil MacCormick, em seu livro *Retórica e o Estado de Direito*, afirma que um certo tipo de raciocínio consequencialista tem importância decisiva na justificação das decisões jurídicas. Contudo, ele reconhece que há dificuldades para se adotar essa postura consequencialista. Assinale a opção que, segundo o autor, na obra citada, expressa tal dificuldade.

- A A dificuldade está na extensão das consequências que os juizes devem considerar e nas bases sobre as quais eles devem avaliá-las.
- B É difícil fazer uma análise isenta, pois as convicções religiosas de um juiz o fazem projetar as consequências de suas decisões nos termos de sua cosmovisão.
- C É preciso decidir com base nos textos legais e é impossível fazer juízos consequencialistas a partir daquilo que dizem as normas jurídicas.
- D O juízo consequencialista se adequa ao sistema de direito romano-germânico, mas não ao sistema de direito consuetudinário, portanto, é muito difícil torná-lo um padrão universal.

Gabarito: A

Comentário:

Neil MacCormick discute que, embora as consequências de uma decisão judicial para o futuro e para a sociedade devam ser consideradas (argumento de consequência), a grande dificuldade reside em definir os limites dessa análise (o que é relevante) e quais critérios de valor o juiz deve usar para medir essas consequências.

438 (2022 - FGV - OAB - XXXVI Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Prova Branca)

"O problema da eficácia nos leva ao terreno da aplicação das normas jurídicas, que é o terreno dos comportamentos efetivos dos homens que vivem em sociedade..." Norberto Bobbio. Norberto Bobbio, em seu livro *Teoria da norma jurídica*, ao tratar dos critérios de valoração da norma jurídica, fala de três critérios possíveis: justiça, validade e eficácia. Com relação ao critério da eficácia na obra em referência, assinale a afirmativa correta.

- A Relaciona-se ao problema da interdependência necessária entre os critérios, isto é, para que uma regra seja eficaz, ela deve também ser válida e ser justa.
- B Diz respeito ao problema de uma norma ser ou não seguida pelas pessoas a quem é dirigida e, no caso de violação, ser imposta por via coercitiva pela autoridade que a evocou.
- C Trata-se do problema da correspondência ou não da norma aos valores últimos ou finais

tutelar no município da comarca em que Augusto atua.

- C A situação não impede que Ramiro sirva na função de conselheiro tutelar no município sob a atuação de Augusto, mas o impede de atuar nos atendimentos em que Augusto figure como promotor.
- D A situação não impede que Ramiro atue na função de conselheiro tutelar, porque o ECA veda apenas que parentes, consanguíneos ou por adoção, do representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude sirvam no mesmo conselho tutelar.

Gabarito: B

Comentário:

O art. 140 do ECA estabelece o impedimento para servir no mesmo Conselho (e na mesma comarca em relação a Juiz e Promotor) os cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau. Augusto é cunhado de Ramiro (parentesco por afinidade em 2º grau), gerando o impedimento.

DIREITO ELEITORAL

495

(2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Prova Tipo 1 - Branca - Direito Eleitoral)

No ano anterior à realização de eleições para cargos eletivos federais e estaduais, os dirigentes dos partidos políticos Alfa e Gama iniciaram tratativas para se aliançarem, tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, mas havia dúvida em relação ao modelo a ser utilizado.

Após consultarem a legislação de regência, concluíram corretamente que deveriam formar

- A coligação, que se extinguirá ao fim do prazo para o ajuizamento da ação de impugnação de mandato eletivo.
- B gestão colegiada, somente utilizada nas eleições proporcionais, que deve perdurar até o fim do prazo do mandato eletivo obtido.
- C ajuntamento partidário, que se extinguirá após a diplomação dos eleitos.
- D federação, sendo que os partidos devem permanecer filiados por no mínimo quatro anos, contados da data do respectivo ingresso.

Gabarito: D

Comentário:

Após as alterações promovidas pela EC nº 97/2017 e pela Lei nº 14.208/2021, coligações partidárias são admitidas apenas para eleições majoritárias, enquanto a união estável entre partidos para atuar de forma permanente em eleições proporcionais e majoritárias se dá por meio de federação de partidos (Lei nº 9.096/1995, art. 11-A e seguintes).

A federação funciona como se fosse um único partido por, no mínimo, quatro anos, contados do registro da federação, devendo atuar unida em todas as eleições nesse período.

Assim, quando os partidos pretendem se aliar em eleições majoritárias e proporcionais, o instrumento adequado é a federação partidária, razão pela qual correta a alternativa D. As demais alternativas mencionam figuras inexistentes ou atribuem à coligação características hoje incompatíveis com o sistema.

496

(2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Prova Tipo 1 - Branca - Direito Eleitoral)

Helena, filiada ao partido político Beta e candidata ao cargo de governadora do Estado Alfa, consultou seu advogado a respeito da composição dos gastos de campanha, mais especificamente se o pagamento de honorários em razão da prestação de serviços advocatícios, no curso e em razão da campanha eleitoral, teria essa natureza jurídica.

A assessoria respondeu, corretamente, que os referidos honorários

- A estão incluídos no limite de gastos de campanha, sendo tidos como despesas eleitorais.
- B são considerados gastos eleitorais e não estão incluídos no limite de gastos de campanha.
- C pela sua essência alimentar, não têm correlação com os gastos eleitorais, o que afasta a possibilidade de serem enquadrados em qualquer limitador de despesas.
- D podem ser considerados gastos eleitorais, caso o candidato assim os declare, e estão incluídos no limite de gastos de campanha.

Gabarito: B

Comentário:

A Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) e as resoluções do TSE tratam expressamente das despesas com serviços advocatícios e de contabilidade. Após as alterações da Lei nº 13.877/2019, os honorários advocatícios relacionados à campanha são considerados

gastos eleitorais, mas foram excluídos do limite de gastos de campanha.

Em síntese:

Devem ser contabilizados como gastos eleitorais e constar da prestação de contas;

Não integram o limite financeiro máximo de gastos da campanha.

Por isso, correta a alternativa B. A alternativa A erra ao incluí-los no limite; a C nega sua natureza de gasto eleitoral, contrariando a legislação e a jurisprudência do TSE; a D condiciona sua qualificação ao “querer” do candidato, o que é incompatível com o regime jurídico objetivo da despesa eleitoral.

DIREITO FINANCEIRO

497 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

O Presidente da República está elaborando projeto de lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A** A matéria tratada em tal projeto de lei objetiva instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual deve ser aprovada por quórum de maioria simples no Congresso Nacional.
- B** Tal projeto versa sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e se submete à reserva de lei complementar.
- C** Embora institua o Plano Plurianual, tal projeto de lei necessita ser aprovado por quórum de maioria absoluta no Congresso Nacional.
- D** Trata-se de projeto de lei que institui o Plano Plurianual, a ser veiculado por meio de lei ordinária.

Gabarito: D

Comentário:

A descrição é típica do Plano Plurianual (PPA), previsto no art. 165, § 1º, da CF: plano que estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração federal para despesas de capital e programas de duração continuada. O PPA é instituído por lei ordinária, aprovada por maioria simples, não sendo lei complementar.

498 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

João ganhou uma ação movida em face do Estado Gama, na qual este foi condenado a pagar o equivalente a 30 salários mínimos a título de danos morais pelo uso indevido de sua imagem em uma publicidade institucional do governo estadual. A ação transitou em julgado em 15 de julho de 2022. Seu advogado verifica que não há legislação específica estadual acerca de prazos e limites de valores sobre pagamentos pela Fazenda Pública em caso de condenação judicial.

Diante desse cenário, e à luz da Constituição Federal de 1988, João receberá o valor a que tem direito

- A** por meio de precatório alimentar, que tem prioridade em relação aos demais, dentro do próprio ano do trânsito em julgado.
- B** por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV).
- C** por meio de precatório comum, a ser pago no ano seguinte ao do trânsito em julgado da condenação judicial.
- D** em dinheiro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da intimação da Fazenda Pública do trânsito em julgado da ação, através de transferência bancária entre a instituição financeira que administra o tesouro estadual e o banco em que João tem sua conta.

Gabarito: B

Comentário:

Na falta de lei estadual fixando o valor das Requisições de Pequeno Valor, aplica-se o art. 87 do ADCT: consideram-se de pequeno valor, para Estados e DF, os débitos que não excedam 40 salários mínimos. Como a condenação é de 30 salários mínimos, o pagamento será feito por RPV, sem necessidade de precatório.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

499 (2023 - FGV - OAB - XXXVIII Exame de Ordem Unificado - Tipo 1 - Branca)

Maria, empregada doméstica, deu à luz um menino. No mês em que seu filho nasceu, foram contabilizadas sete contribuições mensais feitas por ela para o Regime Geral de Previdência Social. Em relação ao salário-maternidade solicitado por Maria, assinale a afirmativa correta.

- A** Ela tem direito, pois a concessão desse benefício para as empregadas domésticas independe de carência.